

O QUE É BEHAVIORISMO SOBRE A MENTE?

WHAT IS BEHAVIORISM ABOUT THE MIND?

FILIFE LAZZERI

UFG, BRASIL

filipelazzeri@ufg.br

Abstract. It is common to find depictions of behaviorist approaches to the mind as approaches according to which mental (or psychological) events are “dispositions for behavior.” Moreover, it is sometimes said that for these approaches the dispositions are for publicly observable (external) behaviors, or even “purely physical movements,” thereby excluding from being constitutive of mental events any internal (e.g., physiological) bodily happening, besides any movement not taken as “purely physical.” In this paper I aim to (i) pinpoint problems in such widespread depictions of behaviorism about the mind, by arguing that they turn out to be too restrictive or too broad, as the case may be. In addition, (ii) I put forward an alternative, more balanced characterization, which wards off such problems. Based upon this alternative characterization, I attempt to (iii) classify some of the embodied mind theories as behavioral, non-behavioral, or borderline cases between behavioral and non-behavioral perspectives.

Keywords: Behaviorism • philosophy of mind • embodied mind approaches • enactivism • behavior • psychology

RECEIVED: 24/02/2019

REVISED: 23/05/2019

ACCEPTED: 10/07/2019

Há dois usos frequentes do termo ‘mente’ em filosofia da mente e, neste trabalho, procuro caracterizar abordagens behavioristas (ou comportamentais) sobre a mente focando em um desses usos. Por vezes, o termo ‘mente’ é usado para se fazer referência a algo onde se dão os fenômenos (eventos ou acontecimentos) mentais, ou que realiza esses acontecimentos: na mente se dão as intenções, as emoções, os humores; ela realiza os raciocínios e a imaginação, etc. Um segundo uso frequente, mas distinto, do termo, é apenas como uma abreviação dos fenômenos mentais (ou psicológicos): uma forma sucinta de se fazer referência à gama de diferentes tipos de fenômenos mentais (ou seja, a emoções, humores, processos perceptuais e assim por diante) tomados coletivamente. Neste trabalho, o uso primário do termo ‘mente’ será o segundo, em termos do qual o primeiro uso pode ser interpretado, conforme a abordagem comportamental específica.

A questão norteadora deste trabalho, expressa no título, é uma pergunta por como definir bem o behaviorismo sobre a mente. Ela merece um artigo inteiro por haver



caracterizações do que seria uma abordagem behaviorista sobre a mente (ABM) arguivelmente equivocadas. Por si só, essa razão já justificaria o empreendimento deste artigo, mas se lhe soma ainda o fato de que algumas dessas caracterizações problemáticas são encontradas e influentes. Sua influência transparece sob pelo menos duas formas. Em primeiro lugar, na forma de certas críticas a esse tipo de abordagem que claramente não se sustentam, uma vez atentando-se a aspectos sofisticados de algumas ABMs não contemplados por essas caracterizações. Por exemplo, como mostro em Lazzeri (2013; 2016), algumas críticas não levam em conta o fato de que há ABMs que trabalham com uma compreensão da noção de comportamento segundo a qual há comportamentos que não são visíveis em movimentos na parte externa do corpo.

Outra forma sob a qual a influência de caracterizações equivocadas de ABMs se dá é em desvinculações em relação a esse tipo de abordagem feitas por alguns autores que sustentam concepções que, na verdade, talvez possam ser adequadamente classificadas como comportamentais. Penso aqui particularmente em algumas das (de modo nenhum todas) chamadas teorias da mente corporificada (*embodied mind*), que às vezes (como, por exemplo, em Gallagher 2017) fazem esse tipo de desvinculação por razões, a meu ver, equivocadas. O que algumas das abordagens corporificadas propõem já se encontra, pelo menos em parte, em algumas ABMs, embora seus proponentes com frequência pareçam não ter notado isso e, surpreendentemente, às vezes até sugerem contrastarem com um olhar comportamental. O presente trabalho tem como motivação não só identificar problemas em algumas das caracterizações feitas sobre ABMs, mas também mostrar que essas desvinculações são feitas por razões que podem justificadamente ser colocadas em xeque.

É comum caracterizar-se ABMs como abordagens (análises ou concepções teóricas) segundo as quais os acontecimentos mentais ou psicológicos são “disposições para comportamentos” (por exemplo, Fodor 1981; Levin 2018). Por vezes pontua-se que se trataria de disposições para comportamentos “publicamente observáveis” ou “externos” (por exemplo, Maslin 2001), ou, ainda, “movimentos puramente físicos” (por exemplo, Bennett & Hacker 2003), excluindo qualquer evento corporal interno como constitutivo de acontecimentos mentais, além de qualquer movimento que não seja considerado “puramente físico” (por exemplo, Kim 1996). Sustento que essas caracterizações comumente feitas das ABMs são demasiado restritivas (isto é, apontam traços que acabam deixando de fora parte do que conta, ou deve contar, como esse tipo de abordagem), ou, em alguns casos, demasiado amplas (acabando por contar como comportamentais abordagens que não o são propriamente).

O objetivo deste artigo é, primeiramente, (i) identificar problemas em caracterizações encontradas sobre ABMs. Centro-me, aqui, em três dessas caracterizações, com atenção sobretudo àquelas presentes em alguns textos de filosofia da mente e da psicologia. O segundo objetivo é (ii) apresentar uma proposta alternativa de carac-

terização do tipo de abordagem aqui em pauta, aprofundando um delineamento já esboçado em uma seção de Lazzeri (2016). Argumento que a proposta evita os problemas que aquelas outras caracterizações possuem, portanto sendo mais adequada. Além disso, a proposta, como veremos, estrutura-se de tal modo que serve como uma espécie de receita para se criar ABMs. Por fim, com base nessa caracterização alternativa, (iii) desenvolvo uma classificação de *algumas* das abordagens da mente corporificada — incluindo versões de abordagem da mente estendida (*extended mind*) e enativa (*enactive mind*) — como comportamentais, não comportamentais, ou casos limítrofes entre uma coisa e outra¹. O trabalho está estruturado em três seções principais, para respectivamente (i), (ii) e (iii).

Antes de proceder a (i), é oportuno ressaltar que o foco, aqui, é no behaviorismo² em filosofia da mente, em sentido amplo; isto é, como tipo de concepção sobre o que são os acontecimentos mentais ou psicológicos (desejar, ter uma intenção, ver, refletir, lembrar, etc.), ou, como às vezes se prefere, sobre o significado de conceitos psicológicos ordinários. Frequentemente o behaviorismo a esse respeito é chamado de “behaviorismo filosófico”, “analítico”, ou “lógico”. Por economia linguística, tratarei os enfoques ontológico (voltado para os acontecimentos) e semântico (voltado para os conceitos que utilizamos para falar daqueles acontecimentos) de forma intercambiável, *mutatis mudandis*.

Ainda a esse respeito, é oportuno salientar que o termo ‘behaviorismo’, quando usado sem qualificações, remete não apenas a ABMs, mas a algo mais amplo; nomeadamente, também a uma rica tradição de pesquisa em psicologia, que envolve várias subtradições, como o behaviorismo propositivo (Tolman 1932), o behaviorismo hulliano (Hull 1943), o interbehaviorismo (Kantor & Smith 1975), o behaviorismo radical (Skinner 1953) — tendência predominante dos anos 60 até hoje —, o behaviorismo teleológico (Rachlin 1994), o behaviorismo teórico (Staddon 2001), dentre outros. Essas subtradições definem-se por suas suposições (ou diretrizes) ontológicas, metodológicas e axiológicas (Laudan 1977). Ou seja, os contornos dessas subtradições envolvem posicionamentos sobre (a) a natureza de seus objetos de estudo (por exemplo, sobre quais tipos de variáveis determinam os comportamentos); sobre (b) a maneira apropriada de investigar-se essas variáveis (por exemplo, se por métodos indutivos ou hipotético-dedutivos); e (c) sobre as finalidades de sua ciência (por exemplo, se a finalidade é descobrir verdades sobre o comportamento e suas relações com o meio, ou predizer e controlar, sem compromissos com a realidade de entidades teóricas).

Algumas das referidas subtradições possuem um tratamento de questões ontológicas ou semânticas sobre a mente, para além de simples pressupostos acerca dessas questões. Assim, apenas aqueles programas de pesquisa comportamental em psicologia com inserção efetiva na filosofia da mente são propriamente de interesse maior na discussão do presente trabalho, e apenas em sua dimensão de inserção em filosofia

da mente. É o caso, por exemplo, de parte do behaviorismo radical de Skinner (1976 [1974]), do behaviorismo teleológico de Rachlin (1994) e do interbehaviorismo de Kantor e Smith (1975), ao lado de abordagens comportamentais formuladas especificamente como abordagens sobre a mente, como aquelas que se encontram em Lazzeri (2015b), Ryle (1949) e Zilio (2010), dentre outras.

1. Uma avaliação de caracterizações comumente feitas sobre abordagens behavioristas da mente

Apresento, a seguir, uma avaliação de três caracterizações sobre ABMs, respectivamente: caracterizações (1.1) em termos de “disposições comportamentais”; (1.2) em termos de “comportamentos manifestos” e de não consideração de acontecimentos internos em geral; e (1.3) em termos de “comportamentos corporais físicos”. Essa avaliação pauta-se em considerações de ordem histórica (leva-se em conta o que afirmaram os casos prototípicos, ou consagrados, de ABMs) e também de ordem conceitual e terminológica (leva-se em conta consequências lógicas das ABMs prototípicas, contrastes destas com abordagens prototipicamente diferentes em filosofia da mente, e conotações associadas ao termo ‘behaviorismo’).

1.1. Caracterizações em termos de “disposições para comportamento”

As caracterizações do primeiro tipo afirmam que, para as ABMs, os acontecimentos mentais são “disposições para comportamento”, ou “disposições comportamentais”. Tais disposições se deixariam expressar em termos de enunciados condicionais (contrafactuais, especificamente) da forma “Se tais e tais condições do ambiente fossem o caso, então tais e tais comportamentos tenderiam a ocorrer”.

Os seguintes trechos ilustram esse tipo de caracterização: “O behaviorista identifica estados mentais com *disposições para agir de certas maneiras* em certas situações de entrada” (Block 1978, p.262; grifo meu); “Behaviorismo é a doutrina de que estados mentais são *disposições comportamentais*” (Braddon-Mitchell & Jackson 2007, p.37; grifo meu); e

A ideia básica [dos behavioristas em filosofia] é de que atribuir um estado mental [...] a um organismo é o mesmo que dizer que o organismo está *disposto a se comportar* de um modo particular [...]. Nesta visão, toda atribuição mental é equivalente em significado a uma afirmação do tipo se-então, [...] que expressa uma *disposição comportamental*. (Fodor 1981, p.115; grifo meu)

Esse tipo de caracterização tem sua razão de ser em parte ligada provavelmente ao fato de que autores como Carnap (1959 [1932]) e Ryle (1949) — filósofos aos

quais mais se costuma atribuir formas de ABM em livros de introdução à filosofia da mente — dão ênfase, cada um ao seu modo, a disposições para comportamentos. Além disso, há quem tenha caracterizado dessa maneira as ABMs entendendo-se como defensor de um olhar comportamental, como é o caso de Graham (1982) e Hocutt (1985). Hocutt (1985, p.87), por exemplo, afirma: “Reduzido a um slogan, behaviorismo é a crença de que estados e traços psicológicos são *disposições comportamentais*” (grifo meu).

Contudo, existem dois problemas importantes com essas caracterizações sobre as ABMs. Em primeiro lugar, é equivocado dizer que uma ABM qualquer limita-se a levar em conta apenas “disposições”, pois há ABMs (algumas efetivas, outras possíveis) que chamam (ou podem chamar) atenção para a constituição de alguns acontecimentos mentais por *ocorrências efetivas* de comportamentos singulares ou cadeias de comportamentos, por oposição a apenas “disposições para se comportar”. Por exemplo, tem-se, a partir de algumas ABMs, que alguém que esteja, neste momento, pensando em o que precisará levar para uma viagem, não apenas exibiria (isto é, tem uma disposição para exibir) certos comportamentos sob a influência de certos estímulos ou contextos relevantes, mas também, e fundamentalmente, já está *ipso facto* realizando um ou mais comportamentos, constitutivos de seu ato de pensar (cf., por exemplo, Kantor & Smith 1975; Lazzeri 2015b; Skinner 1957; 1976 [1974]). Isso revela que a caracterização de ABMs puramente em termos de disposições para comportamento se mostra demasiado restritiva.

O segundo problema central com esse tipo de caracterização é o fato de que está longe de ser distintivo de ABMs analisar acontecimentos mentais em termos de disposições para comportamento. Há abordagens prototipicamente não comportamentais que fazem isso. Por exemplo, a teoria de identidade de tipos mente-cérebro (ou “materialismo de estado central”) de Armstrong (1968) e Lewis (1966) sustenta que fenômenos mentais são disposições para comportamentos, mas de modo fortemente contrastante com ABMs. Essas disposições podem ser, como o são por eles, entendidas como bases estruturais dos comportamentos, estas, por sua vez, interpretadas como estados neurofisiológicos que causam os comportamentos, sem ser eles próprios comportamentos.

Outro exemplo que ilustra esse ponto é a interpretação em termos disposicionais proposta por Mumford (1998) do funcionalismo tradicional sobre a mente (ou funcionalismo de máquina de Turing). Para o funcionalismo tradicional (Fodor 1968; Putnam 1975), como é sabido, os fenômenos mentais são papéis causais realizados por estados internos subjacentes aos comportamentos — papéis de causarem os comportamentos relevantes, dados certos estímulos do ambiente e outros estados mentais (assim tomados). Segundo Mumford, pelo funcionalismo, tem-se que os fenômenos mentais são disposições para comportamento tomadas como os concebidos papéis causais.

Isso ilustra que algumas abordagens dos fenômenos mentais em termos de disposições para comportamento *excluem comportamentos como constituintes desses fenômenos*. Não por acaso tais abordagens se colocam como críticas e opostas a ABMs. Uma abordagem *propriamente comportamental* dos acontecimentos mentais — uma que de fato mereça levar esse nome, e não o de outras abordagens existentes — tem, ou deve ter, por implicação, que esses acontecimentos são *constituídos* (pelo menos em parte) *por comportamentos* (cf. Lazzeri 2016). Portanto, a caracterização de ABMs em termos de disposições para comportamento se revela também demasiado ampla, abrangendo como comportamentais algumas abordagens que não o são, ou não deveriam contar como tais, antes classificando-se como outras formas de abordagem sobre a mente.

1.2. Caracterizações em termos de “comportamentos manifestos” e de exclusão de fenômenos internos em geral

Passemos agora a um exame de descrições de ABMs em termos de “comportamentos manifestos”, “publicamente observáveis” ou “externos”, e de desconsideração de acontecimentos internos em geral. Essas descrições pressupõem que qualquer ABM limita-se a analisar acontecimentos mentais por referência a apenas comportamentos observáveis em movimentos ou mudanças na parte externa do corpo.

Os seguintes trechos são ilustrativos desse tipo de caracterização:

O behaviorismo filosófico toma o comportamento como constitutivo da mentalidade: de acordo com essa posição, ter uma mente é apenas uma questão de exibir, ou ter uma propensão a exibir, certos padrões apropriados de comportamento observável. (Kim 1996, p.26)

[O] behaviorismo analítico sustenta que afirmações sobre a mente e os estados mentais resultam, após análise, ser equivalentes a afirmações que descrevem o comportamento público potencial e atual de uma pessoa. Não há, nesta visão, em última instância, nos estados mentais de uma pessoa, nada mais do que padrões de comportamento manifesto [*overt patterns of behaviour*] que ela exibe, ou está disposta a manifestar nas circunstâncias apropriadas. (Maslin 2001, p.107)

Ao explicarem a teoria da percepção direta de outras mentes — segundo a qual, resumidamente falando, sabemos de vários acontecimentos mentais uns dos outros pela observação direta de comportamentos em seus contextos (e não de forma meramente indireta, como querem as abordagens de “leitura de mente” via, por exemplo, simulação) —, Gallagher e Zahavi (2008, p.186) afirmam: “Isso não é behaviorismo. A ideia não é identificar estados mentais com comportamentos, ou reduzi-los a comportamentos, e ela [a teoria da percepção direta de outras mentes] não exclui que

alguns estados experienciais são encobertos [*covert*]”. Ou seja, essa teoria, apesar de parecer comportamental, na verdade não o seria, porque, supostamente, qualquer ABM excluiria a consideração de fatores internos ao corpo como elementos constitutivos de acontecimentos mentais.

As descrições de Kim e Maslim, diferentemente daquelas examinadas na seção anterior, levam em conta que algumas ABMs consideraram relevantes não apenas comportamentos potenciais, mas também comportamentos efetivos, para a análise da mente. Porém, assim como Gallagher e Zahavi (2008), afirmam que os comportamentos considerados são apenas os observáveis na parte externa do corpo.

Alguns behavioristas de fato entendem a mente em termos apenas de comportamentos manifestos. Esse é o caso, notoriamente, de Rachlin (1994; 2014). Porém, várias ABMs já formuladas na verdade não se limitam a considerar apenas comportamentos manifestos.

De modo mais específico, há dois problemas centrais com as caracterizações das ABMs em termos de comportamentos manifestos. O primeiro problema é que esse tipo de caracterização negligencia o fato de que, para muitos behavioristas, existem comportamentos que não são manifestos, mas, sim, encobertos. Esses comportamentos possuem traços em comum com os comportamentos manifestos (por exemplo, são atividades sob influência de estímulos ou histórias de condicionamento), com exceção da observabilidade em mudanças na parte externa do corpo. Skinner (1953; 1957; 1976 [1974]), notoriamente, enfatizou não só os comportamentos manifestos, mas também os encobertos, em suas análises de categorias psicológicas ordinárias. Outro exemplo disso é o interbehaviorismo de Kantor e Smith (1975; cf. também Kantor, 1921), embora por meio de outra terminologia para os comportamentos encobertos, a saber, a de comportamentos implícitos (*implicit behavior*). O próprio Ryle (1949) — que, em textos de introdução à filosofia da mente, com frequência recebe atenção especial como proponente de uma forma de ABM — considerou comportamentos encobertos em suas análises, como atestam vários trechos do livro *The concept of mind*³.

Em segundo lugar, esse tipo de caracterização tem por implicação que ABMs cingem-se a apenas comportamentos em suas análises. Mesmo que não cometesse o equívoco de dizer que ABMs se limitam a comportamentos manifestos, antes indicando que para algumas delas há comportamentos encobertos constitutivos de acontecimentos mentais, ainda assim a descrição se mostraria demasiado restritiva. Pois há ABMs que consideram não apenas comportamentos, mas *também* outros itens, como ingredientes de acontecimentos mentais (ou daqueles de algumas categorias). Por exemplo, Skinner (1953; 1969; 1976 [1974]) leva em conta também processos puramente fisiológicos e faz referências, em particular, a estímulos proprioceptivos e interoceptivos, na análise de algumas categorias psicológicas. Esses tipos de estímulo ocorrem no interior do corpo e estão relacionados às sensações em partes dele (como,

no caso de estímulos interoceptivos, a sensação de garganta seca e a sensação de córega nas costas, e, no caso de estímulos proprioceptivos, a sensação de movimento dos tendões, etc.). De forma alguma é inerente a ABMs tomadas em geral limitarem-se a processos observáveis na parte externo do corpo, apesar de haver algumas que o façam.

1.3. Caracterizações em termos de “comportamentos físicos” ou “movimentos corporais”

O último tipo de caracterização examinado aqui é aquele segundo o qual as ABMs concebem a mente em termos de “comportamentos físicos” ou “movimentos corporais”; isto é, em termos de movimentos do corpo descritíveis em termos puramente físicos. Os comportamentos, nessa acepção, são destituídos de conotações teleológicas (relativas ao caráter de ser algo dirigido a uma ou mais finalidades). Não se trataria, assim, de comportamentos individuados em consonância com nossas descrições ordinárias. Por exemplo, o comportamento de abrir uma porta seria, na verdade, não mais do que certos movimentos realizados sobre uma maçaneta, não distintos em categoria dos movimentos, digamos, de um planeta girando ou de uma rocha caindo. Essa caracterização das ABMs figura-se em trechos como os seguintes:

É uma confusão supor, como os behavioristas fizeram, que comportamento seja ‘movimento corporal desnudo’ [*bare bodily movement*], descritível exclusivamente em termos físicos. (Bennett & Hacker 2003, p.117)

Scheler opõe-se à visão segundo a qual nosso encontro com os outros é antes de tudo um encontro com exterioridades corporais e comportamentais destituídas de quaisquer propriedades psicológicas. De acordo com essa visão, que tem sido defendida tanto por behavioristas como por cartesianos, o comportamento, considerado em si, não é nem expressivo nem significativo. Tudo o que é dado são qualidades físicas e suas mudanças. Ver um rosto radiante significa ver certas distorções características dos músculos do rosto. (Zahavi 2007, p.30)

[Q]uando Wittgenstein fala do externo, ele não indica com isso os movimentos dos behavioristas; ele está simplesmente se referindo a ações humanas, isto é, ações cujo significado entendemos quando as vemos. Por exemplo, vejo alguém abrindo uma porta; eu entendo que ele está prestes a sair. Tal não é um movimento behaviorista; não é um movimento puramente físico; é uma ação inteligível. (Descombes 2005)

Esse tipo de descrição pode ter sua razão de ser em parte no fato de que análises como aquelas de Carnap (1959 [1932]) e Hempel (1980 [1935]), frequentemente

entendidas como sendo uma forma de ABM, procurem entender o linguajar psicológico em termos puramente extensionais (isto é, conformes à lei de substituição de idênticos de Leibniz) e, assim, físicos, isentos de conotações teleológicas. Hull (1943), autor de um sistema teórico influente nas décadas de 40 e 50, também parece ter pretendido interpretar os comportamentos em termos de movimentos corporais assim descritíveis. Alguns filósofos muito influentes, como, por exemplo, Fodor (1968) e Wittgenstein (1953; 2008 [1980]), tiveram esses elementos como parte do pano de fundo de suas discussões sobre behaviorismo (no caso de Wittgenstein, de uma forma direta pelo menos a proposta ligada a Carnap e Hempel; cf. Hacker 1990).

Porém, está longe de ser o caso que qualquer ABM pressuponha tal entendimento dos comportamentos. Esse tipo de descrição sobre as ABMs parece-me surpreendente, uma vez que relativamente poucos autores comportamentais trabalharam com uma noção de comportamento como simples movimento físico do corpo (cf. Kitchener 1977, para um excelente trabalho a esse respeito). Por exemplo, no behaviorismo radical de Skinner (1953; 1969), comportamentos definem-se relacionalmente, de forma indissociável do contexto estimulativo e, dependendo do tipo de comportamento, também de histórias de condicionamento pelas consequências que produzem. Algumas ABMs, como bem observa Hornsby (2006 [1986]), trabalham com uma noção de comportamento bastante diferente daquela com que, aponta essa autora, trabalham as abordagens funcionalistas tradicionais (que Zahavi 2007 classificaria como cartesianas):

Dizem-nos que o behaviorismo é o ancestral do funcionalismo e que o funcionalismo herda as virtudes do behaviorismo. Mas a noção funcionalista de comportamento é muito mais restritiva do que aquela que alguns dos behavioristas empregaram. Quando os funcionalistas falam de comportamento, eles falam [...] de movimentos corporais, ou então falam de respostas motoras. Quando Ryle falava sobre comportamento, referia-se a caracterizações das ações das pessoas como essas: ‘dizendo a si mesmo e aos outros que o gelo está fino, patinando com cautela, tremendo, demorando-se na imaginação de possíveis desastres, avisando outros patinadores, mantendo-se à beira do lago’ [cf. Ryle 1949, p.129]. [...] O behaviorista faz alusão a coisas além do corpo do agente em suas especificações do comportamento, mas o funcionalista não. (Hornsby 2006 [1986], p.34)

Há uma segunda razão que também, a meu ver, coloca por terra descrições sobre ABMs em termos de comportamentos como “movimentos corporais”. Trata-se do fato de que ABMs compreendem os acontecimentos mentais (ou os conceitos psicológicos) por *referência fundamental a comportamentos* — e não é inerente a ABMs uma dada interpretação específica destes, diante de tantas conceitualizações possíveis (cf., por exemplo, Lazzeri 2014). O que importa, como sugere a própria terminologia, é a ênfase em comportamentos na concepção dos fenômenos mentais, ênfase essa

que pode ser feita não apenas de diferentes maneiras, como também sob diferentes conceitualizações da noção de comportamento.

2. Uma caracterização alternativa das abordagens comportamentais sobre a mente

Passo agora a apresentar uma proposta alternativa de caracterização das ABMs (cf. Lazzeri 2016). Conforme esta proposta, há duas formas gerais de ABMs e várias subformas delas (algumas das quais já formuladas, outras em potência). Podemos chamá-las de (2.1) *forma positiva de behaviorismo sobre a mente* (ABMP) e (2.2) *forma negativa, ou eliminativa, de behaviorismo sobre a mente* (ABME). Concluirei a seção (2.3) antecipando uma possível objeção.

Na medida em que esta proposta distingue duas formas gerais de ABMs, trata-se, quanto ao formato, de uma definição disjuntiva. Mais do que isso, pode-se qualificá-la como *polidisjuntiva*, pois os dois disjuntos gerais que distingue (no sentido lógico do termo) são, por sua vez, formados por disjunções. Isso permite representar a pluralidade de ABMs, ou de abordagens que podem, a meu ver, ser adequadamente classificadas como tais.

No que diz respeito ao propósito, trata-se de uma definição de precisão (*precising definition*). Pois ela procura clarificar os contornos de um conceito impreciso (ou vago); e, ao mesmo tempo que estipula critérios para sua aplicação, procura capturar nuances subjacentes a usos do termo ‘behaviorismo’ no contexto de discussões em filosofia da mente. Para tanto, adota-se aqui procedimento análogo ao que adotei na seção 1. Ou seja, a caracterização alternativa é proposta levando-se em conta aspectos de ordem histórica, conceitual e terminológica, como aqueles aspectos mencionados em minha argumentação ao longo da seção 1 (outros serão mencionados a seguir). Isso tendo-se em vista estabelecer uma alternativa informativa e que evite a Cila das definições demasiado restritivas e a Caríbdis daquelas demasiado amplas (discutidas na seção 1).

Não existe algo como uma essência do behaviorismo sobre a mente, tal que uma boa definição dele devesse capturar, e tal que as que não a capturem sejam falsas. Sem dúvida, behaviorismo sobre a mente não é um tipo natural (*natural kind*), como alguns teóricos supõem que sejam coisas como, por exemplo, os elementos químicos. Antes, ‘behaviorismo’ é um termo classificatório semelhante a termos como ‘empirismo’ e ‘realismo’, referentes a tradições teóricas sobre determinados problemas filosóficos. Daí a caracterização de ABMs, tomadas em geral, requerer certo grau de estipulação ou convencionalidade, além de consideração de usos vigentes do termo (podendo o delineamento aqui oferecido ser considerado, em sentido amplo, como uma explanação [*explication*] conceitual, no sentido de Carnap 1962). Desse modo,

não se supõe que tal caracterização seja verdadeira e que as outras sejam falsas; mas, sim, que tenha maior grau de adequação do que outras, levando-se em conta aspectos históricos, conceituais e terminológicos.

2.1. Forma positiva de behaviorismo sobre a mente

Segundo a forma positiva de behaviorismo sobre a mente, *todos os exemplares* (isto é, instanciações singulares) de fenômenos mentais *de todas ou de algumas categorias* (atitudes proposicionais, emoções, humores, processos cognitivos em sentido amplo⁴, traços de personalidade, etc.) são constituídos por comportamentos, *parcial ou inteiramente*. De modo alternativo, pode-se dizer que uma abordagem de acordo com a qual *todo* exemplar das *categorias tais e tais* de fenômenos mentais (por exemplo, emoções e humores) é constituído por comportamento é uma visão comportamental positiva *dessas* categorias específicas⁵. Isso pode ocorrer seja por se tratar uma abordagem focada na análise dessas categorias psicológicas específicas, seja por entender outras categorias psicológicas que não essas em termos de composição que não inclui comportamento.

Portanto, versões de ABMP podem diferir em um ou mais dentre os seguintes parâmetros gerais:

1. Se os comportamentos são componentes dos exemplares (i.1) de *todas* ou (i.2) de apenas *algumas* categorias de fenômenos mentais. Por exemplo, o behaviorismo teleológico de Rachlin (1994; 2014) sustenta (i.1), enquanto que Skinner (1953; 1989) parece sugerir (i.2), uma vez que interpreta algumas categorias psicológicas, em especial a das sensações (dores, cécegas, etc.), em termos de ingredientes puramente fisiológicos (cf. Lazzeri 2017b);
2. Se a abordagem se pretende acerca de (ii.1) qualquer categoria de fenômeno mental, ou se (ii.2) é uma análise de uma categoria específica ou de uma classe de categorias psicológicas específicas. Por exemplo, o behaviorismo teleológico de Rachlin (1994; 2014) é uma versão de (ii.1), ao passo que no chamado Tolman inicial (Tolman, 1951a [1923]; 1951b [1925]) há uma versão de (ii.2), tendo sido formulada sobre emoções e propósitos, particularmente. Outro exemplo de (ii.2) é a abordagem de Dutra (2003), centrada em atitudes proposicionais;
3. Se comportamentos são (iii.1) *todos* os componentes de acontecimentos mentais, ou se (iii.2) *há também* outro tipo de componente que forma (com os comportamentos) os agregados mentais relevantes. No primeiro caso, tem-se o que podemos chamar de *behaviorismo de composicionalidade exclusiva*, ao passo que, no segundo, *behaviorismo de composicionalidade mista*. Por exemplo, a abordagem que se encontra em Thompson (1994), Derr e Thompson

(1992) e Charles (2011)⁶, bem como o behaviorismo teleológico de Rachlin (1994; 2014), são formas de ABM que afirmam (iii.1), enquanto que Skinner (1953; 1976 [1974]; 1989) e Lazzeri (2017a) sugerem (iii.2), mencionando elementos neurofisiológicos como constituintes parciais em alguns casos de categorias psicológicas;

4. Sobre *a(s) maneira(s) como os comportamentos compõem esses fenômenos*: se (iv.1) a composição se dá sempre da mesma forma, independentemente da categoria psicológica, ou (iv.2) a composição varia conforme a categoria. Ou seja, no primeiro caso, tem-se uma (sub)forma *uniforme quanto aos modos de composicionalidade comportamental*, enquanto que, no segundo, *variada quanto aos modos de composicionalidade comportamental*. Por exemplo, Rachlin (1994; 2014) sugere uma forma de (iv.1), na medida em que entende todo fenômeno mental, independentemente da categoria, como sendo padrões de comportamento. Em Lazzeri (2015a; 2015b), assim como aparentemente em Ryle (1949), tem-se formas de (iv.2), com base na distinção entre categorias psicológicas que têm caráter disposicional (por exemplo, emoções) — cujos exemplares são concebidos como sendo constituídos por agregados de comportamentos descontínuos no espaço e no tempo — e categorias que se referem a atividades efetivas (por exemplo, as relativas aos processos perceptuais) — cujos exemplares são concebidos como constituídos por ocorrências episódicas de comportamentos ou cadeias de comportamentos;
5. Sobre o que é *comportamento*. A esse respeito, destacam-se pelo menos duas divergências gerais (as quais transpareceram na seção 1). Uma delas é entre concepções (v.1.1) *moleculares* e (v.1.2) *molares*. As moleculares individualizam os comportamentos atendo-se particularmente às propriedades corporais do organismos, ao passo que as molares os entendem em termos de relações de processos corporais com aspectos ambientais ou históricos⁷. Por exemplo, o interbehaviorismo de Kantor e Smith (1975) é molar, nessa acepção. Por outro lado, é comum entender-se que em Carnap (1959 [1932]) e Hempel (1980 [1935]) há uma de compreensão molecular do comportamento, limitada a movimentos e mudanças corporais (como mencionado na seção 1.3). A segunda divergência que se destaca sobre a conceitualização dos comportamentos diz respeito a se (v.2.1) há apenas comportamentos manifestos, ou se (v.2.2) há também comportamentos encobertos. O behaviorismo teleológico e o behaviorismo radical são exemplos respectivamente de (v.2.1) e (v.2.2).

2.2. Forma negativa ou eliminativa de behaviorismo sobre a mente

Um segundo tipo de ABM, muito diferente do anterior, é uma forma de eliminativismo, que não deve ser confundida com o eliminativismo centrado no cérebro, de-

fendido por Churchland (1981) e Rorty (1965). O eliminativismo, tomando em geral (portanto, comum às suas formas comportamentais e centradas no cérebro) sugere que os fenômenos mentais de *algumas* ou de *todas* as categorias não existem. Essas categorias, segundo o eliminativismo, quando interpretadas literalmente, correspondem a uma teoria falsa do comportamento e que, por isso, deveria ser abandonada e substituída por uma teoria melhor, referente a outro nível de análise que o (supostamente) postulado por essas categorias. Alternativamente, pode-se dizer que uma abordagem segundo a qual os fenômenos mentais de *tais e tais categorias* não existem e elas devem ser substituídas por categorias alternativas, centradas em outro nível de análise, é um eliminativismo sobre essas categorias psicológicas específicas (cf. Lazzeri 2016; 2017b).

A especificidade da forma comportamental de eliminativismo é sugerir que todas ou (dependendo da versão) algumas das categorias psicológicas devem ser substituídas por categorias referentes, fundamentalmente, a processos comportamentais. Eliminativismos centrados no cérebro, por sua vez, favorecem a substituição por categorias fundamentalmente neurofisiológicas. A primeira forma tenderá a dizer que as categorias psicológicas, ou algumas delas, conotam causas do comportamento que não existem, e que as causas que pretendem capturar jazem alhures, no nível das próprias interações do organismo com o meio. Já a segunda (que não é comportamental) tenderá a dizer que as causas que essas categorias conotam jazem no nível dos estados e processos do sistema nervoso.

Como vimos, as ABMPs podem variar em pelo menos cinco parâmetros gerais. As ABMEs, por sua vez, podem variar em pelo menos dois parâmetros gerais, quais sejam:

1. Se a abordagem é (a.1) concernente a qualquer categoria de fenômeno mental, ou se (a.2) a apenas um conjunto limitado de categorias. Por exemplo, Baum e Heath (1992) sustentam uma versão de (a.2), concernente a atitudes proposicionais. Skinner (1971; 1976 [1974]) sugere uma forma ampla de eliminativismo comportamental em alguns momentos, que beira a uma versão de (a.1), mas que creio contar como (a.2), porque Skinner parece, mesmo em tais momentos, reconhecer a existência de sensações. Como elucidado pormenorizadamente em Lazzeri (2017b), há uma ambiguidade de Skinner entre uma ABMP e uma ABME. Hineline (1980; 1984) também parece sugerir uma forma ampla de ABME próxima de (a.1);
2. A respeito das categorias comportamentais substituintes e seu entendimento. Baum (2002), por exemplo, defende uma concepção de algumas noções comportamentais (por exemplo, a de reforço, além da própria noção de comportamento) que ele considera incomensurável com os delineamentos provenientes do behaviorismo radical.

2.3. Seria essa caracterização demasiado ampla?

A caracterização aqui proposta das ABMs evita os problemas identificados na seção 1 com caracterizações delas presentemente encontradas. Não se trata de uma caracterização em termos de disposições comportamentais (examinada na seção 1.1), que se mostra demasiado ampla, dado que tais disposições poderem ser entendidas nos moldes de teorias prototipicamente contrastantes com ABMs; e ao mesmo tempo demasiado restritiva, por deixar de fora ABMs que não se cingem a analisar fenômenos mentais apenas em termos disposicionais. Tampouco se trata de uma caracterização (examinada na seção 1.2) — também demasiado restritiva — pela qual nenhuma ABM consideraria, como constituintes de fenômenos mentais, comportamentos outros que os observáveis na parte externa do corpo e, de modo mais geral, processos que ocorrem no interior do corpo. Além disso, não atrelando às ABMs nenhuma concepção particular de comportamento, a proposta aqui delineada evita a restritividade das caracterizações (examinadas em 1.3) das ABMs em termos de comportamentos como “movimentos do corpo” e “comportamentos físicos”.

Pode-se pensar, à primeira vista, que o delineamento aqui oferecido seja demasiado amplo. Segue-se dele que pode, pelo menos a princípio, contar como ABM (em especial, como ABMP) uma abordagem que, além de considerar comportamentos como constituintes de acontecimentos mentais, considere também elementos não comportamentais. Isso até mesmo se forem ingredientes mentais *sui generis*, isto é, concebidos serem de um estofa próprio, elementar na natureza, e não físico.

Com efeito, ABMPs até hoje formuladas em geral não postulam a existência de ingredientes de natureza mental *sui generis*. Costumam ser formuladas de maneira harmoniosa com uma visão de mundo monista, especificamente, fisicalista — em linha com as teorias científicas mais aceitas na biologia e na física recentes —, na qual não se há nenhum compromisso ontológico com entidades extrafísicas⁸.

Porém, não há problema, na verdade, em a proposta aqui sugerida não excluir a possibilidade lógica de haver versões de ABM que incluam ingredientes assim concebidos. Cabe ressaltar que a definição proposta toma como plenamente razoável ser o elo definidor de ABMs, em particular, das ABMPs, a ênfase em comportamentos como constituintes de fenômenos mentais (ou como constituintes daquilo ao que se referem as atribuições formadas por conceitos psicológicos comuns). É bastante contingente, e não algo que deva ser pensado como definidor de toda e qualquer ABM, o fato de que as ABMs que têm sido formuladas sejam apenas em moldes estritamente monistas fisicalistas, como já Armstrong (1968, p.54) salientara (embora tomando por base uma caracterização do tipo criticado na seção 1.2 acima). Assim também a abordagem da mente estendida de Clark e Chalmers (1998), por exemplo, mesmo sendo uma abordagem que atenta a comportamentos como ingredientes de fenômenos mentais, ainda que de forma limitada e diferente das ABMs (como veremos mais

adiante), é, nas mãos de Chalmers (1996) em particular, combinada com a postulação de entidades mentais *sui generis* para se entender as propriedades qualitativas da experiência⁹.

Observação semelhante pode ser feita em relação a um possível estranhamento de haver uma ABM que considere haver outros elementos além de comportamentos como componentes parciais de acontecimentos mentais. Mas um tal estranhamento deveria ser ainda menor, porque inclusive já houve, como vimos, formulações, por parte de autores prototipicamente comportamentais (como Skinner), de ABMs que consideram elementos puramente neurofisiológicos como constitutivos de alguns acontecimentos mentais.

É compreensível que caracterizações de termos tais como ‘empirismo’ e ‘externismo’, e de problemas filosóficos como, por exemplo, o problema mente-corpo, sejam dinâmicas, mostrando-se demasiado restritivas ou amplas com o passar do tempo. Os termos e formulações referentes a tais tipos de teorias ou problemas ganham novos contornos com o andar dos estudos e debates em torno deles, os quais vão revelando as facetas mais abstratas desses tipos de teorias ou problemas — facetas despidas de pressupostos atrelados a versões específicas deles. Por exemplo, o problema mente-corpo foi às vezes apresentado como se pressupusesse de antemão uma dicotomia entre a natureza dos fenômenos mentais e a dos corporais (cf., por exemplo, Loewer, 1995). Antes, ele pode ser entendido como uma questão mais geral sobre o(s) modo(s) em que os fenômenos mentais (emoções, imaginação, etc.) se relacionam com os corporais (processos neurofisiológicos, comportamentais, etc.) — se se trata de uma relação dual, de identidade, ou ainda outra, e com quais feições. De modo análogo, behaviorismo sobre a mente — aliás, um tipo geral de posição (que se desdobra em várias subformas) frente ao problema mente-corpo — é uma tradição teórica multifacetada cujos contornos, ao mesmo tempo que articulados por versões específicas de behaviorismo sobre a mente, ganham dimensões lógicas mais abrangentes ou profundas com o avanço das discussões.

3. Abordagens da mente corporificada são comportamentais?

Voltemo-nos agora à questão de se as chamadas abordagens da mente corporificada (CORs) — incluindo suas versões em termos de mente estendida e enativa —, que têm recebido especial atenção no contexto recente da filosofia da mente e da psicologia, podem ou não ser classificadas adequadamente como ABMs. Alguns autores, como Aizawa (2015) e Barrett (2015; 2019), notaram forte semelhança entre algumas CORs com ABMs. Por outro lado, vários defensores de CORs afirmam que aquilo que defendem não se trata de behaviorismo, como é o caso de Gallagher (2017),

Hutto e Myin (2013), Nöe (2004) e Rowlands (1999). Faço aqui (3.1) um exame de traços associados às CORs, para em seguida sugerir que: (3.2) algumas CORs claramente não são ABMs; (3.3) outras podem adequadamente ser classificadas como ABMs; e, ainda, (3.4) algumas são casos limítrofes entre uma coisa e outra, não informando o suficiente para poder ser classificadas como ABMs, mas sendo aparentemente compatíveis com um olhar comportamental.

O procedimento metodológico, para tanto, será descrever as linhas fundamentais de várias CORs, ora tomadas em grupos (subdivisões consagradas delas, como as abordagens da mente estendida e as da mente enativa), ora casos particulares delas; e detectar se se segue logicamente delas contarem como uma ABM ou não, tomando-se por parâmetro a caracterização das ABMs proposta na seção 2. Note-se que o enfoque, aqui, é nas respectivas teses gerais dessas CORs, dispensando-se entrar em vários pormenores de suas análises (com exceção de alguns que se façam necessários para caracterizar suas teses gerais) ou nos argumentos que formulam em favor de suas teses gerais (não é um propósito aqui avaliar a plausibilidade dessas teses).

3.1. Abordagens corporificadas da mente

As CORs são bastante diferentes entre si, mas têm em comum uma oposição — em alguns casos, branda, em outros, radical (como tratarei a seguir) — à teoria computacional da mente padrão (TCM) [cf., por exemplo, Chemero 2009; Rowlands 2010; Shapiro 2011; Varela; Thompson & Rosch 1991]. A TCM (sistematizada, por exemplo, em Fodor 1975, e com origens em trabalhos como o de Newell & Simon 1961, em inteligência artificial, e Chomsky 1957, em linguística), como é sabido, é o modelo de mente usual nas ciências cognitivas, característico daquilo que veio a ser conhecido por cognitivismo clássico. Trata-se do funcionalismo tradicional sobre a mente combinado com a tese de que os estados que realizam os supostos papéis causais definidores dos acontecimentos mentais têm uma natureza simbólica ou representacional. Eventos mentais são analisados em termos desses estados e de operações sobre eles (manipulação, armazenamento, transmissão, etc. de símbolos). Por exemplo, processos de memorizar ou lembrar de algo são entendidos como operações de registro, armazenamento ou recuperação de símbolos, dotados de informações relevantes. Os símbolos ou representações hipotetizados pela teoria estariam no cérebro, realizados nos neurônios, de modo que os acontecimentos mentais, segundo essa teoria, são totalmente internos ao corpo e não são formados por comportamentos, mas, sim, causas dos comportamentos.

Um traço em comum entre as CORs e as ABMs é justamente o contraste que delas decorre (de modo explícito ou implícito) em relação à TCM. Porém, esse contraste com o cognitivismo clássico por si só não implica em behaviorismo sobre a mente, como veremos a seguir, examinando alguns casos de CORs.

Parece haver em comum entre as CORs¹⁰ a ideia de que estruturas ou processos corporais não apenas neurais, mas também estruturas ou processos para além das estruturas e processos neurais, são imprescindíveis para a compreensão da mente — ao contrário do que é sugerido pela TCM, que por isso ficou conhecida por adotar um “solipsismo metodológico”. Essa ideia, entretanto, é sustentada de maneiras bastante diversas por CORs (cf., por exemplo, Gallagher 2017; Shapiro 2011; Wheeler 2011; Wilson & Foglia 2015).

Em primeiro lugar, há CORs consoante às quais estruturas ou processos extraneurais são *constitutivos* de acontecimentos mentais (de todas ou de algumas categorias). Podemos chamá-las de formas *constitutivistas* de COR, a exemplo das abordagens da mente estendida (cf. Clark 2008; Clark & Chalmers 1998; Wheeler 2010; 2011) e da mente enativa (por exemplo, Gallagher 2017; Hutto & Myin 2013; Noë 2009; Varela; Thompson & Rosch 1991), dentre outras que serão mencionadas em seguida. Por outro lado, há também CORs *não constitutivistas*, as quais afirmam que estruturas ou processos extraneurais são indispensáveis para se analisar acontecimentos mentais de algumas categorias (nisso já contrastando com o solipsismo metodológico da TCM), mas *sem serem propriamente constitutivos* deles. Para as CORs não constitutivistas, como, por exemplo, a abordagem da cognição situada de Rupert (2004), há apenas uma dependência causal de vários acontecimentos mentais em relação a processos extraneurais. Para os teóricos da mente estendida e os enativistas, manipular um lápis e um papel para planejar uma viagem é um comportamento constitutivo dessa instância de planejar a viagem. Já para a abordagem da cognição situada (*embedded*) de Rupert, esse comportamento é fundamental para se entender tal maneira de resolver a tarefa de planejamento da viagem, por diminuir a complexidade do que o cérebro precisa realizar para tanto, mas não chegando a ser constitutivo do próprio acontecimento de planejar a viagem.

Em segundo lugar, algumas das CORs rejeitam que acontecimentos mentais tenham em geral natureza simbólico-computacional, destacando-se nisso as CORs enativistas. Outras CORs não rompem nesse tocante com TCM, mantendo que acontecimentos mentais de vários tipos são simbólico-computacionais. Estas últimas, como é o caso das abordagens da mente estendida (pelo menos em suas formulações típicas), apenas sugerem um refinamento (cada uma ao seu modo) na TCM, colocando em xeque o solipsismo metodológico dela em algum grau.

Em terceiro lugar, algumas das CORs (sejam constitutivistas ou não) chamam atenção particularmente para *estruturas ou processos* corporais extraneurais *sem incluir comportamentos*. Por exemplo, Lakoff e Johnson (1980) apontam aspectos corporais morfológicos e anatômicos como decisivos para a maneira de perceber e pensar do organismo; Damasio (1994) sugere que processos estomacais e viscerais em geral são constituintes de alguns acontecimentos mentais (sem entender esses processos como comportamentais). Outras CORs, por outro lado, dão ênfase a compor-

tamentos, como é o caso da abordagem enativista de Noë (2004) sobre os processos perceptuais, pela qual comportamentos de aproximar-se ou distanciar-se de um objeto para visualizá-lo são constitutivos do processo perceptual visual. Outras CORs ainda dão ênfase tanto a estruturas e processos extraneurais não comportamentais como também a comportamentos, o que é o caso da abordagem enativista de Varela, Thompson e Rosch (1991).

3.2. Abordagens corporificadas não comportamentais

Tem-se como consequência que CORs não constitutivistas (por exemplo, Rupert 2004) não são comportamentais, de acordo com a caracterização de ABMs aqui proposta. Além disso, tem-se como conclusão que tampouco o são algumas das CORs constitutivistas, a saber: aquelas que não incluem comportamentos como componentes de acontecimentos mentais, mas apenas estruturas ou processos extraneurais não comportamentais (por exemplo, Lakoff & Johnson 1980); e mesmo as CORs que incluem comportamentos como componentes, mas de forma bastante limitada, em particular as abordagens da mente estendida (cf. Lazzeri 2017a).

Neste último caso (o das abordagens da mente estendida), pode parecer menos claro que não se trata de ABMs, pela relevância que dão a comportamentos como componentes. Porém, ao atentarmos a pormenores do que afirmam seus teóricos (pelo menos nas formulações típicas de mente estendida), fica claro que não se trata de ABMs. Esses teóricos (Clark 2008; Clark & Chalmers 1998; Wheeler 2010; 2011) sustentam que *apenas alguns*, e não todos, exemplares de fenômenos cognitivos — incluindo crenças e processos de raciocínio e memória —, são parcialmente constituídos por comportamentos ou por outros itens extraneurais. Esses teóricos supõem que muitos exemplares de qualquer categoria de fenômeno mental, mesmo dos referidos fenômenos cognitivos que eles têm em foco, não são formados (sequer parcialmente) por comportamentos. Por exemplo, planejar uma lista de compras de alimentos com lápis e papel seria um exemplar de raciocínio envolvendo comportamentos de escrita como componentes. Mas realizar a mesma tarefa de planejamento apenas “na cabeça”, sem comportamentos de manuseio ou exploração de informações no ambiente, é entendido por esses teóricos como operações simbólico-computacionais (operações sobre informações codificadas neuralmente), nos moldes de TCM (que esses teóricos apenas procuram aprimorar), e não como processos comportamentais. Eles não trabalham com uma concepção de comportamento tal que haja comportamentos encobertos, antes pressupondo que comportamentos sejam necessariamente fenômenos manifestos em movimentos na parte externa do corpo (cf. Lazzeri 2017a).

3.3. Abordagens corporificadas comportamentais

Tem-se também como consequência que uma forma constitutivista de COR que, em particular, inclua comportamentos como ingredientes dos exemplares em geral de algumas ou todas categorias psicológicas, pode adequadamente ser classificada como comportamental. Esse é o caso de abordagens enativistas sobre os fenômenos perceptuais (Noë 2004; Gallagher 2017; O'Regan & Noë 2001) e da abordagem enativista de Gallagher (2017) com respeito a algumas outras categorias psicológicas além daquela dos fenômenos perceptuais. Noë (2009) e Rockwell (2005) fazem colocações semelhantes às de Gallagher, mas indicarei uma ressalva maior em classificar suas respectivas abordagens como ABMs.

As abordagens enativistas da percepção, em linha com a psicologia ecológica de Gibson (1979), modelam esses fenômenos com foco em comportamentos e relações com *affordances* do meio como componentes. Nas palavras de Gallagher (2017): “Na visão enativista, o sistema perceptual não está apenas no cérebro; ele inclui o organismo (cérebro-corpo) situado ou engajado num ambiente que é caracterizado por certas regularidades e *affordances* e possibilidades de ação” (p.119; grifo meu¹¹). Como coloca Noë (2004):

[P]erceber é uma forma de agir. [...] A percepção não é algo que acontece a nós, ou dentro de nós. É algo que fazemos. Pense em uma pessoa cega tateando em um espaço desordenado, percebendo o espaço pelo toque, não de uma só vez, mas através do tempo, por meio de sondagem e movimento habilidosos. Este é, ou pelo menos deve ser, nosso paradigma do que é perceber. (Noë 2004, p.1)

Na visão enativa, toda percepção é, nesses aspectos, como o toque. Mera sensação, mera estimulação, fica aquém de consciência perceptual. [...] [P]ara que a sensação perceptiva constitua experiência [...], o agente percipiente deve possuir e fazer uso de conhecimento sensoriomotor. (Noë 2004, p.17)

Ou seja, as concepções enativistas dos fenômenos perceptuais tomam comportamentos como elementos *sine qua non* — ainda que não os únicos — desses fenômenos. Daí serem olhares comportamentais sobre eles.

Apesar de assim entender os fenômenos perceptuais, Noë (2004) diz que sua abordagem não é behaviorista. Ele dá como razão para isso que “A visão enativa certamente não abraça a negação behaviorista da experiência” (p.33). Noë (2004, p.32-33) associa a ABMs em geral a caracterização examinada na seção (1.1) acima, em termos de disposições comportamentais, que de algum modo deixariam de lado aspectos subjacentes à experiência consciente. Entretanto, como vimos na seção (1.1), essa caracterização das ABMs é equivocada. Assim, a meu ver, a razão dada por Noë para seu *disclaimer* em relação ao behaviorismo não se justifica.

Gallagher (2017), Noë (2009) e Rockwell (2005) sustentam que a mente, de modo mais geral, é composta por dinâmicas de interação do organismo como um todo com o ambiente (físico ou social). A mente envolve, segundo essa perspectiva, a participação do cérebro, mas também do corpo de modo mais amplo atuando no ambiente: “A unidade explicativa da cognição [...] é não apenas o cérebro [...], mas também relações dinâmicas entre o organismo e o meio” (Gallagher 2017, p.11). O nível próprio dos fenômenos mentais, defendem esses autores — contra as concepções simbólico-computacionais e afins centradas no cérebro —, é o “nível pessoal” (no sentido de Dennett 1969), isto é, do organismo inteiro em suas interações com elementos do ambiente ao longo do tempo (como tanto enfatizam ABMs como as de Rachlin, 1994, Ryle 1949, Skinner 1976 [1974], dentre outras). Gallagher (2017), inclusive, diferentemente de Noë (2009) e Rockwell (2005), analisa casos de fenômenos de raciocínio e imaginação do agente em silêncio consigo, chamando atenção para seu caráter comportamental, mesmo que não envolvendo comportamentos na parte externa do corpo.

Gallagher (2017, p.148-149), porém, sugere que sua visão não é behaviorista, por ele não trabalhar com uma noção de comportamento como mero movimento. Como vimos, entretanto, não há uma concepção de comportamento inerente a toda e qualquer ABM (o que Gallagher 2019 mais recentemente veio a reconhecer, levando em conta um comentário de Barrett 2019 a respeito). A concepção de comportamento de Gallagher (2017), pela qual os comportamentos são dotados de propriedades teleológicas e relacionais, pode na verdade alicerçar uma concepção behaviorista de mente — de modo semelhante a como se dá em abordagens como, por exemplo, as de Rachlin (1994), Ryle (1949) e Tolman (1951a [1923]; 1951b [1925]) —, como parece ser o caso de sua abordagem¹².

3.4. Casos limítrofes de abordagens corporificada da mente entre behaviorismo e não behaviorismo

Tomando por parâmetro aqui a definição de ABMs proposta acima, tem-se também que algumas formulações de COR são vagas entre um olhar comportamental ou não comportamental, não informando o suficiente para poder ser classificadas como uma coisa ou outra. Pode-se destacar a esse respeito justamente as abordagens de Noë (2009) e Rockwell (2005) com respeito aos fenômenos mentais de outras categorias além da categoria de fenômenos perceptuais, bem como a abordagem Rowlands (1999) sobre processos cognitivos em geral (além de fenômenos perceptuais, também outros como os de raciocínio e memória).

Como mencionei na subseção anterior, Noë (2009) e Rockwell (2005), como Gallagher (2017), defendem que a mente está nas interações do organismo inteiro com elementos do ambiente ao longo do tempo¹³:

A mente, ao invés de ser uma propriedade emergente do cérebro, torna-se uma propriedade emergente de um ‘campo comportamental’ que ondula e flutua através do nexa ambiente-corpo-cérebro. (Rockwell 2005, p.86)

A consciência não é algo que acontece em nosso interior. É algo que fazemos ou produzimos. [...] A consciência é mais como a dança do que como a digestão. [...] O local da consciência é a vida dinâmica da pessoa ou do animal inteiro, integrado ambientalmente. (Noë 2009, p.xii-xiii)

A mente da bactéria [...] consiste em sua forma de engajamento com o mundo ao seu redor e engrenamento [*gearing into*] nele. Sua mente é sua vida. Mas a vida da bactéria não está escondida dentro dela. A vida da bactéria é uma dinâmica em que a bactéria, em sua situação ambiental, participa. E assim é para a consciência de modo mais geral. Para estudar as mentes dos animais, não devemos pensar apenas no cérebro. (Noë 2009, p.42)

Isso parece muito com a forma como alguns autores comportamentais falam sobre as categorias psicológicas. No entanto, Noë, como vimos, nega que sustente uma forma de behaviorismo. Em seu livro de 2009 (*Out of our heads*), onde discorre sobre outras categorias psicológicas além de processos perceptuais, Noë (2009, p.29) associa ao behaviorismo a ideia de confinamento a “meros comportamentos” observáveis na parte externa do corpo. Como vimos nas seções (1.2) e (1.3), não é inerente a ABMs, tomadas em geral, um tal confinamento, por mais que haja algumas ABMs que incorram nele. Muitas ABMs levam em conta também comportamentos encobertos, bem como as relações dos comportamentos (tanto os manifestos como os encobertos) com o meio.

O que nos coloca ressalva em classificar as abordagens de Noë (2009) e Rockwell (2005) como ABMs — a de Noë particularmente sobre categorias além de processos perceptuais — não são as razões que Noë alega para seu *disclaimer* em relação ao behaviorismo. Antes, é não deixarem claro, a meu ver, se sugerem que comportamentos são componentes fundamentais de fenômenos mentais de outras categorias. Não é suficientemente claro se entendem que toda dinâmica de interação do organismo inteiro com o meio envolve comportamentos; em particular, se entendem em termos propriamente comportamentais os exemplares de fenômenos mentais que não envolvem comportamentos manifestos.

A abordagem de Rowlands (1999) sobre processos cognitivos também é um exemplo de caso limítrofe entre behaviorismo e não behaviorismo. Rowlands (1999) sustenta que “exemplares [*tokens*] de processos cognitivos devem ser entendidos como tendo partes constituintes e, em muitos casos pelo menos, uma dessas partes será um exemplar comportamental” (p.52). Ou seja, segundo Rowlands, *muitos* exemplares de processos cognitivos (raciocínio, lembrança, etc.) são formados por comportamentos, além de por processos internos. Ele têm em vista particularmente comportamentos de manuseio e exploração de informações no ambiente, que em pelo menos

muitos casos formam, segundo ele, os processos cognitivos junto com processos de manuseio ou exploração de informações internas ao corpo — representações mentais —, neste último tocante estando ele em linha com o representacionismo da TCM.¹⁴

Essa ênfase em ingredientes comportamentais de exemplares de processos cognitivos, como o próprio Rowlands (1999, p.52) nota, suscita uma afinidade com ABMs. Porém, Rowlands (1999) considera que sua abordagem não é uma forma de ABM, dando como razão que “Não há nenhuma afirmação aqui de que exemplares de processos cognitivos são idênticos a exemplares comportamentais” (p.52). Ou seja, Rowlands supõe que, para uma abordagem contar como comportamental, deve afirmar uma identidade entre fenômenos mentais de alguma categoria e comportamentos (mesmo que seja uma identidade de exemplares mentais com exemplares comportamentais, e não necessariamente de tipos mentais com tipos comportamentais específicos). Sua abordagem ambientalista (como ele a chama) não seria uma ABM por considerar que há componentes internos não comportamentais nos processos cognitivos.

Contudo, as ABMs podem adequadamente ser caracterizadas sem implicarem necessariamente em uma afirmação de identidade entre fenômenos mentais e comportamentos. Segundo a proposta sugerida no presente trabalho, o que define uma ABM, em especial, uma ABMP (isto é, positiva, e não eliminativa), é uma afirmação de constitutividade dos fenômenos mentais de uma ou mais categorias por comportamentos, constitutividade essa que pode ser parcial ou total, dependendo da versão de ABMP

Desse modo, há, na verdade, a princípio, compatibilidade entre o ambientalismo de Rowlands (1999) com o behaviorismo sobre a mente. Sua abordagem poderia adequadamente ser considerada como comportamental, conquanto afirmasse que os exemplares — *não apenas muitos, mas sim em geral* — de processos cognitivos têm comportamentos como ingredientes parciais. O que não nos permite classificar seu ambientalismo como uma ABM é deixar em aberto se todos ou apenas alguns exemplares desses fenômenos são assim constituídos¹⁵.

4. Conclusão

Neste trabalho, examinei, inicialmente, três tipos de caracterizações (encontradiças no contexto da filosofia da mente e da psicologia) feitas sobre abordagens comportamentais da mente, em termos de: disposições para comportamento; comportamento manifesto ou externo; e movimentos corporais descritíveis em linguajar estritamente físico, e não teleológico. O escrutínio revelou que essas caracterizações são inadequadas, mostrando-se demasiado amplas, ora demasiado restritivas.

Em seguida, apresentei uma caracterização alternativa, na forma de uma definição disjuntiva, que distingue entre abordagens comportamentais positivas da mente

e abordagens comportamentais eliminativas. No primeiro caso, trata-se daquelas que modelam acontecimentos mentais, seja de algumas ou de todas as categorias, como fenômenos que têm comportamentos como parte ou o todo de seus componentes. No segundo caso, trata-se daquelas versões que sustentam que as categorias psicológicas ordinárias, ou algumas delas, são ficções, vazias de referência no mundo, e que devem ser abandonadas e substituídas por categorias referentes a processos comportamentais.

Esta proposta alternativa de caracterização das abordagens comportamentais da mente evita os problemas identificados naquelas três caracterizações inicialmente criticadas. Por exemplo, ela não atrela a tais abordagens nenhuma concepção específica de comportamento, o que inclusive é mais condizente com o histórico de formulações dessas abordagens. Há, a princípio, compatibilidade entre uma conceitualização teleológica do comportamento com um entendimento comportamental da mente, ao contrário do que alguns autores supõem. Além disso, ao contrário do que vários supõem, há abordagens comportamentais que entendem haver comportamentos encobertos, não manifestos, envolvidos em alguns fenômenos mentais, o que a definição aqui proposta também contempla. Outra vantagem saliente desta proposta, como vimos, é transparecer a compatibilidade entre abordagens comportamentais com a consideração de outros elementos além de comportamentos como ingredientes (por exemplo, estímulos interoceptivo e proprioceptivos). A proposta pode causar estranhamento, como é comum de propostas novas, mas cabe atentarmos para sua maior adequação, em comparação com as caracterizações presentemente encontradas.

Por fim, o trabalho mostrou que há semelhanças significativas entre o behaviorismo sobre a mente e as abordagens da mente corporificada. Em especial, trata-se de perspectivas contrastantes (quer explícita ou implicitamente) com a teoria computacional da mente padrão, característica da tradição cognitivista clássica. Mostrou-se também que várias abordagens corporificadas da mente não são comportamentais, nomeadamente: as não constitutivistas; e, dentre as constitutivistas, as que incluem como componentes extraneurais da mente apenas estruturas ou processos não comportamentais, bem como aquelas que incluem comportamentos como componentes de modo muito limitado. Por outro lado, tem-se que são comportamentais as versões constitutivistas de abordagem da mente corporificada que sustentam que comportamentos são elementos *sine qua non* dos fenômenos mentais em geral ou de algumas categorias. Além disso, algumas abordagens corporificadas revelam-se casos vagos entre behaviorismo e não behaviorismo, não informando o suficiente (pelo menos como se encontram até o momento) para podermos identificá-las como uma coisa ou outra.

Assim, os resultados deste trabalho podem contribuir para se evitar incorrer em compreensões equivocadas ou inadequadas do behaviorismo sobre a mente. Os resultados tornam claro por que algumas críticas feitas a esse tipo de perspectiva simples-

mente cometem a falácia do boneco de palha ou espantalho (isto é, atacam teses que nem todo behaviorismo sustenta). Tornam claro, também, por que desvinculações feitas por alguns teóricos da mente corporificada baseiam-se em razões equivocadas, aqui colocadas em xeque. Não se trata apenas de propor uma classificação de abordagens corporificadas para organizar o pensamento e a discussão a respeito delas — o que, por si só, já é algo útil —; mas de destacar que por vezes perpetuam visões inadequadas sobre o behaviorismo, o que tem inclusive consequências práticas bastante sérias, como, por exemplo, preconceito em relação a esse tipo amplo de perspectiva sobre a mente. Na verdade, alguns casos de abordagens corporificadas e behavioristas da mente são tão congêneres que poderiam reunir forças.

Referências

- Aizawa, K. 2015. What is this Cognition that is Supposed to be Embodied? *Philosophical Psychology* **28**: 755–75.
- Armstrong, D. M. 1968. *A Materialist Theory of the Mind*. London: Routledge.
- Barrett, L. 2015. A Better Kind of Continuity. *Southern Journal of Philosophy* **53**: 28–49.
- Barrett, L. 2019. Enactivism, Pragmatism... Behaviorism? *Philosophical Studies* **176**: 807–18.
- Baum, W. M. 2002. From Molecular to Molar: A Paradigm Shift in Behavior Analysis. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* **78**: 95–116.
- Baum, W. M. & Heath, J. L. 1992. Behavioral Explanations and Intentional Explanations in Psychology. *American Psychologist* **47**: 1312–17.
- Bennett, M. R., and Hacker, P. M. 2003. *Philosophical Foundations of Neuroscience*. Oxford: Blackwell.
- Block, N. 1978. Troubles with Functionalism. In C. W. Savage (Ed.), *Minnesota Studies in the Philosophy of Science* Vol. 9, p.261-325. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Braddon-Mitchell, D. & Jackson, F. 2007. *Philosophy of Mind and Cognition* (2^a ed.). Oxford: Blackwell.
- Carnap, R. 1959 [1932]. Psychology in Physical Language. In A. J. Ayer (Ed.), *Logical Positivism*, p.165–98. Glencoe, IL: Free Press.
- Carnap, R. 1962. *Logical Foundations of Probability* (2^a ed.). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Chalmers, D. J. 1996. *The Conscious Mind: In Search of a Fundamental Theory*. New York: Oxford University Press.
- Charles, E. P. (2011). Seeing Minds in Behavior: Descriptive Mentalism. *Review of General Psychology* **15**: 267–76.
- Chemero, A. 2009. *Radical Embodied Cognitive Science*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Chomsky, N. 1957. *Syntactic Structures*. Berlin: Mouton.
- Churchland, P. M. 1981. Eliminative Materialism and the Propositional Attitudes. *Journal of Philosophy* **78**: 67–90.
- Clark, A. 2008. *Supersizing the Mind: Embodiment, Action, and Cognitive Extension*. New York: Oxford University Press.
- Clark, A. & Chalmers, D. J. 1998. The Extended Mind. *Analysis* **58**: 7–19.

- Damasio, A. R. 1994. *Descartes' Error: Emotion, Reason, and the Human Brain*. New York: Putnam Publishing.
- Dennett, D. C. 1969. *Content and Consciousness*. London: Routledge.
- Derr, P. & Thompson, N. S. 1992. Reconstructing Hempelian Motivational Explanations. *Behavior and Philosophy* **20**: 37–45.
- Descombes, V. 2005. A Conversation with Sergio Benvenuto. *European Journal of Psychoanalysis* **20**(1). <http://www.psychomedia.it/jep/number20/descombes.htm>. Acesso em: 04/12/2018.
- Donahoe, J. W. 2012. Origins of the Molar-Molecular Divide. *European Journal of Behavior Analysis* **13**: 195–200.
- Dutra, L. H. de A. 2003. Propositional Attitudes, Intentionality, and Lawful Behaviors. *Principia* **7**: 93–114.
- Dutra, L. H. de A. 2015. Emergência sem Níveis. *Scientiae Studia* **13**: 841–65.
- Fodor, J. A. 1968. *Psychological Explanation*. New York: Random House.
- Fodor, J. A. 1975. *The Language of Thought*. New York: Crowell.
- Fodor, J. A. 1981. The Mind-Body Problem. *Scientific American* **244**(1): 114–23.
- Gallagher, S. 2017. *Enactivist Interventions: Rethinking the Mind*. Oxford: Oxford University Press.
- Gallagher, S. 2019. Replies to Barrett, Corris and Chemero, and Hutto. *Philosophical Studies* **176**: 839–51.
- Gallagher, S. & Zahavi, D. 2008. *The Phenomenological Mind: An Introduction to Philosophy of Mind and Cognitive Science*. New York: Routledge.
- Gibson, J. J. (1979). *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston, MA: Houghton-Mifflin.
- Graham, G. 1982. Spartans and Behaviorists. *Behaviorism* **10**: 137–49.
- Hacker, P. M. S. 1990. *Wittgenstein: Meaning and Mind*. Oxford: Blackwell.
- Hempel, C. G. 1980 [1935]. The Logical Analysis of Psychology. Trad. W. Sellars. In N. Block (Ed.), *Readings in Philosophy of Psychology*, Vol. 1, p.14-23. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Hineline, P. N. (1980). The Language of Behavior Analysis: Its Community, Its Functions, and Its Limitations. *Behaviorism* **8**(1): 67–86.
- Hineline, P. N. (1984). Can a Statement in Cognitive Terms Be a Behavior-Analytic Interpretation? *The Behavior Analyst* **7**: 97–100.
- Hocutt, M. 1985. Spartans, Strawmen, and Symptoms. *Behaviorism* **13**: 87–97.
- Hornsby, J. 2006 [1986]. Physicalist Thinking and Conceptions of Behaviour. In J. Bermúdez (Ed.), *Philosophy of Psychology: Contemporary Readings*, p.31-47. London: Routledge.
- Hull, C. L. 1943. *Principles of Behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Hutto, D. D. & Myin, E. 2013. *Radicalizing Enactivism*. New York: MIT Press.
- Kantor, J. R. 1921. A Tentative Analysis of the Primary Data of Psychology. *Journal of Philosophy* **18**: 253–69.
- Kantor, J. R. & Smith, N. W. 1975. *The Science of Psychology: An Interbehavioral Survey*. Chicago, IL: Principia Press.
- Kim, J. 1996. *Philosophy of Mind*. Boulder, CO: Westview Press.
- Kitchener, R. F. 1977. Behavior and Behaviorism. *Behaviorism* **5**(2): 11–71.

- Lakoff, G. & Johnson, M. 1980. *Metaphors We Live By*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Lazzeri, F. 2012. Acerca da Taxonomia do Mental para Contextos que Requerem Neutralidade. *Principia* **16**: 365–92.
- Lazzeri, F. 2013. Referir-se-ão as Categorias Psicológicas Ordinárias a Causas Internas do Comportamento? *Philosophos* **18**: 41–73.
- Lazzeri, F. 2014. On Defining Behavior: Some Notes. *Behavior and Philosophy* **41**: 65–82.
- Lazzeri, F. 2015a. Dynamic Interactions with the Environment Make Up Our Psychological Phenomena: A Review of Noë's *Out of Our Heads*. *The Psychological Record* **65**: 215–22.
- Lazzeri, F. 2015b. On the Place of Behavior in the Analysis of Psychological Categories. *The Psychological Record* **65**: 567–77.
- Lazzeri, F. 2016. On Some Common Objections to a Behavioral Approach to Psychological Categories. *Philosophical Psychology* **29**: 405–18.
- Lazzeri, F. 2017a. Extended Functionalism from a Behavioral Perspective. *Behavior and Philosophy* **45**: 1–21.
- Lazzeri, F. 2017b. The Place of Ordinary Psychological Categories in Behavior Analysis. *Journal of Mind and Behavior* **38**: 167–92.
- Laudan, L. 1977. *Progress and Its Problems: Towards a Theory of Scientific Growth*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Levin, J. 2018. Materialism. In R. J. Gennaro (Ed.), *The Routledge Handbook of Consciousness*, p.38–50. New York: Routledge.
- Lewis, D. K. 1966. An Argument for the Identity Theory. *Journal of Philosophy* **61**: 17–25.
- Loewer, B. 1995. Mind/Body Problem. In J. Kim & E. Sosa (Eds.), *A Companion to Metaphysics*, p.327–32. Malden, MA: Blackwell.
- Määttänen, P. 2015. *Mind in Action: Experience and Embodied Cognition in Pragmatism*. Cham: Springer.
- Maslin, K. T. 2001. *An Introduction to the Philosophy of Mind*. Oxford: Polity.
- Merleau-Ponty, M. 1942. *La Structure du Comportement*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Mumford, S. 1998. *Dispositions*. Oxford: Oxford University Press.
- Newell, A. & Simon, H. A. 1961. Computer Simulation of Human Thinking. *Science* **134**: 2011–17.
- Noë, A. 2004. *Action in Perception*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Noë, A. 2009. *Out of Our Heads: Why You Are Not Your Brain, and Other Lessons from the Biology of Consciousness*. New York: Hill and Wang.
- O'Regan, J. K. & Noë, A. 2001. A Sensorimotor Account of Vision and Visual Consciousness. *Behavioral and Brain Sciences* **24**: 939–73.
- Pessoa Jr., O. (2013). Emergência e Redução: Uma Introdução Histórica e Filosófica. *Ciência e Cultura* **65**(4): 22–6.
- Putnam, H. 1975. *Mind, Language, and Reality*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Rachlin, H. 1994. *Behavior and Mind: The Roots of Modern Psychology*. New York: Oxford University Press.
- Rachlin, H. 2014. *The Escape of the Mind*. New York: Oxford University Press.
- Rockwell, W. T. 2005. *Neither Brain Nor Ghost: A Nondualist Alternative to the Mind-Brain Identity Theory*. Cambridge, MA: MIT Press.

- Rorty, R. 1965. Mind-Body Identity, Privacy, and Categories. *Review of Metaphysics* **19**: 24–54.
- Rowlands, M. 1999. *The Body in Mind: Understanding Cognitive Processes*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Rowlands, M. 2003. *Externalism: Putting Mind and World Back Together Again*. Montreal: McGill Queen's University Press.
- Rowlands, M. 2010. *The New Science of the Mind: From Extended Mind to Embodied Phenomenology*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Rupert, R. 2004. Challenges to the Hypothesis of Extended Cognition. *Journal of Philosophy* **101**: 389–428.
- Ryle, G. 1949. *The Concept of Mind*. London: Hutchinson.
- Shapiro, L. 2011. *Embodied Cognition*. New York: Routledge.
- Skinner, B. F. 1953. *Science and Human Behavior*. New York: Macmillan.
- Skinner, B. F. 1957. *Verbal Behavior*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. 1969. *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*. New York: Appleton Century-Crofts.
- Skinner, B. F. 1971. *Beyond Freedom and Dignity*. New York: Knopf.
- Skinner, B. F. 1976 [1974]. *About Behaviorism*. New York: Vintage Books.
- Skinner, B. F. 1989. The Origins of Cognitive Thought. *American Psychologist*, **44**: 13-18.
- Staddon, J. 2001. *The New Behaviorism: Mind, Mechanism, and Society*. Philadelphia, PA: Psychology Press.
- Thompson, N. S. 1994. The Many Perils of Ejective Anthropomorphism. *Behavior and Philosophy* **22**: 59–70.
- Tolman, E. C. 1932. *Purposive Behavior in Animals and Men*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Tolman, E. C. 1951a [1923]. A Behavioristic Account of the Emotions. In *Behavior and Psychological Man: Essays in Motivation and Learning*, p.23–31. Berkeley, CA: University of California Press.
- Tolman, E. C. 1951b [1925]. Behaviorism and Purpose. In *Behavior and Psychological Man: Essays in Motivation and Learning*, p.32–37. Berkeley, CA: University of California Press.
- Varela, F. J.; Thompson, E. & Rosch, E. 1991. *The Embodied Mind: Cognitive Science and Human Experience*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Watson, J. B. 1913. Psychology as the Behaviorist Views It. *Psychological Review* **20**: 158–77.
- Wheeler, M. 2010. In Defense of Extended Functionalism. In R. Menary (Ed.), *The Extended Mind*, p.245–70. Cambridge, MA: MIT Press.
- Wheeler, M. 2011. Embodied Cognition and the Extended Mind. In J. Garvey (Ed.), *The Continuum Companion to Philosophy of Mind*, p.220–38. London: Continuum.
- Wilson, R. A. & Foglia, L. 2015. Embodied Cognition. In E. N. Zalta (Ed.), *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. <https://plato.stanford.edu/entries/embodied-cognition>. Acesso em: 02/02/2019.
- Wittgenstein, L. 1953. *Philosophical Investigations*. Trad. G. E. Anscombe. Oxford: Blackwell.
- Wittgenstein, L. 2008 [1980]. *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*. Trad. R. H. P. Machado. Aparecida, SP: Ideias & Letras.
- Zahavi, D. 2007. Expression and empathy. In D. D. Hutto & M. Ratcliffe (Eds.), *Folk Psychology Re-Assessed*, p.25–40. Dordrecht: Springer.
- Zilio, D. 2010. *A Natureza Comportamental da Mente*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Notas

¹Rowlands (2010) apresenta as abordagens da mente estendida e enativa como se fossem distintas de abordagens corporificadas. Porém, elas podem ser entendidas como subformas de abordagem corporificada, como em Gallagher (2017).

²O termo ‘behaviorismo’, é sabido, vem do inglês ‘behaviorism’, contexto linguístico em que surgiu (inicialmente, com Watson 1913, não como uma abordagem sobre os acontecimentos mentais) a tradição à qual remete esse termo. O termo inglês ganhou tradução em português por (a) ‘behaviorismo’ e também por (b) ‘comportamentalismo’. A meu ver, a opção (a) envolve uma aliteração desnecessária, já que o termo inglês ‘behavior’ (do qual vem o nome ‘behaviorism’) tem significado capturado por ‘comportamento’. Porém, como a opção (a) é, atualmente, ainda bastante mais usada em português, optei por ela neste trabalho. Outra forma de referência à tradição “behaviorista” é pelo termo (c) ‘abordagem comportamental’ (*behavioral approach*), que tenho adotado em alguns trabalhos. Por isso, valer-me-ei, aqui, também de (c), além de (a).

³Por exemplo, falando das habilidades, ou saber-como (*knowledge how*), Ryle (1949, p.46-47) afirma: “[S]eus exercícios podem ser manifestos ou encobertos [*overt or covert*], ações [*deeds*] realizadas ou ações imaginadas, palavras faladas em voz alta ou palavras ouvidas na sua própria cabeça, retratos pintados em telas ou retratos no olho da mente [*in the mind’s eye*]. Ou eles podem ser amálgamas de ambos”. Falando dos exercícios de inteligência na argumentação, em particular: “A argumentação silenciosa tem a vantagem prática de ser relativamente rápida, não perturba socialmente e é secreta; a argumentação audível e escrita tem a vantagem de ser menos descuidada, sendo sujeita a críticas da audiência e dos leitores. Mas as mesmas qualidades de intelecto são exercitadas em ambos os casos, exceto pelo fato de que a aprendizagem instrucional é requerida para se inculcar o ardil de raciocinar em solilóquio silencioso”.

⁴Por ‘processos cognitivos em sentido amplo’, quero dizer processos que incluem os de raciocínio, memória, percepção, quase-percepção (por exemplo, imaginação) e atenção, sem pressupor qualquer compromisso de antemão com visões cognitivistas a respeito, baseadas na teoria computacional da mente. Falo sobre essa teoria na seção 3 do trabalho.

⁵Para uma taxonomia de categorias de fenômenos e conceitos mentais, cf. Lazzeri (2012).

⁶Charles (2011) chama-a de “mentalismo descritivo”. Porém, o termo ‘mentalismo’ conota uma interpretação das categorias psicológicas como referências a causas internas do comportamento (cf., por exemplo, Lazzeri 2017b), o que não condiz com o que esses autores propõem, que é uma abordagem claramente comportamental.

⁷Dito isso, deve-se ter em conta que os termos ‘molecular’ e ‘molar’ são também usados para classificar debates correlatos relacionados à unidade explicativa dos comportamentos (cf., por exemplo, Donahoe 2012).

⁸Isso não quer dizer, é claro, que monismo fisicalista implique necessariamente em reducionismo, dado haver monismos fisicalistas emergentistas. Sobre esse contraste, pode-se consultar, entre outras fontes, Dutra (2015) e Pessoa Jr. (2013).

⁹Não quero dizer que devamos ou estejamos justificados em formular ABMs que não sejam monistas fisicalistas, mas apenas que há, a princípio, compatibilidade entre uma coisa e outra.

¹⁰Cabe ressaltar que não se pretende aqui capturar todas as generalidades que lhes possam ser subjacentes.

¹¹Como tem sido usual na literatura em português, mantive o termo *affordance* do original, por faltar um termo do português que capture o sentido do termo inglês.

¹²Gallagher (2017) adota um entendimento do comportamento tributário, segundo ele, a Merleau-Ponty (1942). É sabido que Merleau-Ponty (1942) criticou algumas compreensões behavioristas, mas é preciso ter-se em conta que eram compreensões de alguns behavioristas iniciais.

¹³Rockwell (2005) atribui sua perspectiva a Dewey. Gallagher (2017), embora não fazendo o mesmo em relação à sua própria abordagem, semelhantemente, traça as raízes dela em parte no pragmatismo de Dewey (além de na tradição fenomenológica). Cf. também Määttänen (2015), para aproximações entre o pragmatismo clássico, sobretudo o de Dewey, e o olhar corporificado recente em termos de dinâmicas de interação com o meio.

¹⁴Pela semelhança com as formulações típicas da abordagem da mente estendida, em livros posteriores, Rowlands apresenta sua visão como sendo uma forma dela. Cf. Rowlands (2003; 2010).

¹⁵Em seu trabalho de 2010, Rowlands (2010), entretanto, aproximando-se mais da abordagem da mente estendida, parece dar menos margem a uma generalização para todos os exemplares das categorias que têm em vista.

Agradecimentos

Agradeço de forma especial a André Lerclerc (UnB) e Maria Eunice Q. Gonzalez (Unesp-Marília), pelos comentários a uma versão inicial deste trabalho apresentada no IX Colóquio Internacional de Filosofia da Mente (São João Del-Rei, MG, 2017); ao meu orientando Gabriel Caetano de Queiroz (UFG), pela leitura, com comentários, de uma versão final do manuscrito; e pelo *feedback* de dois(duas) pareceristas da revista.